

UNIDADE DIDÁTICA X – A PRIMEIRA REPÚBLICA NO BRASIL (1889-1930)

1. A PROCLAMAÇÃO DA REPÚBLICA E OS PROJETOS REPUBLICANOS

A passagem do século XIX para o XX trouxe perspectivas novas para o Brasil, como consequência de eventos e fatos históricos do período monárquico, que foram fundamentais e decisivos para o futuro do País. A modernização trazida pela “Era Mauá” e a nova mentalidade empresarial do Oeste Paulista (cafeeiro) acabaram deixando a monarquia ultrapassada e sem sintonia com o novo momento histórico, permitindo que a ideia da república se tornasse favorável à nova mentalidade material e ao sentimento de modernidade.

Outros fatores foram também responsáveis pelo declínio da monarquia, dos quais destacam-se: a abolição da escravatura e as questões sucessória, religiosa e militar.

No início do mês de maio de 1888 finalmente o Brasil aboliu a escravidão, “trabalho compulsório e violento” que submeteu por décadas gerações de negros oriundos da África. Fomos a última nação do ocidente a dar liberdade aos escravos (depois dos Estados Unidos em 1865 e Cuba em 1886). A economia da Monarquia estava ancorada na produção gerada pelo braço escravo.

Mesmo havendo o sentimento de que um terceiro reinado, a partir de uma provável coroação da Princesa Isabel, não pudesse acontecer, cabia a preocupação da elite política brasileira com a sucessão de D. Pedro II. A princesa era casada com Gastão de Orleans, príncipe francês, que ao iniciar o processo sucessório poderia adotar a cidadania brasileira e então governar o Brasil com a princesa.

No início do último quarto do século XIX ocorreram incidentes, no Brasil, envolvendo a Igreja e a Ordem Maçônica, que atingiram o governo e comprometeram o prestígio da Monarquia.

A Maçonaria congregava a elite dirigente e política, na sua maioria católicos. Dela participavam também inúmeros religiosos. Bispos brasileiros aplicaram em suas dioceses as determinações contidas na “*Encíclica Quanta Cura*”, que condenava a Maçonaria e pregava o afastamento dos católicos da referida Ordem. Os sacerdotes que não cumpriram aquelas determinações sofreram interdição por parte dos Bispos.

Entendendo o governo que, ao tomarem essa atitude, os bispos contrariaram tanto a Constituição quanto o Código Criminal, foram os mesmos julgados e presos. O contencioso se arrastou por algum tempo até que o Papa Pio IX suspendeu os interditos e o próprio Imperador comutou a pena imposta aos bispos. Esse incidente desprestigiou a Maçonaria e desgastou também a monarquia brasileira.

O antagonismo gerado entre militares e a elite política do Brasil, no período monárquico, teve seu apogeu no final do século XIX. Incidentes ocorridos envolvendo oficiais, com desdobramentos políticos, colocaram o Exército ao lado do projeto republicano. Os acontecimentos concebidos por problemas meramente administrativos, no caso dos Tenente-Coronéis Alexandre Augusto Frias Vilar e Antônio de Senna Madureira, tiveram repercussão e o apoio do Marechal Deodoro da Fonseca. Como consequência o Marechal solicitou exoneração de suas funções retornando ao Rio de Janeiro onde foi recepcionado pela oficialidade. O republicanismo passou a contar com o apoio efetivo dos militares. A monarquia perdeu, assim, o suporte da Instituição Militar.

Em 3 de setembro de 1870, foi lançado o *“Manifesto Republicano”*, de autoria de Quintino Bocaiuva, assinado por políticos e militares ilustres. Criaram um jornal intitulado *“A República”*, destinado a divulgar as ideias republicanas, cuja Redação ficava na Rua do Ouvidor, no Rio de Janeiro.

Em 1873, na cidade de Itu, na Província de São Paulo, foi fundado o Partido Republicano Paulista (PRP). Com isso, a disseminação dos preceitos republicanos encontrou apoio na imprensa. Diversos jornais passaram a expor em suas reportagens a campanha republicana, entre eles O Jornal do Povo, a Gazeta da Noite.

Houve o desenvolvimento da propaganda pró-república, com o objetivo de comprometer as elites das cidades mais importantes. Não se buscou atingir a população, que na época não possuía condições de entender o movimento. Os estudantes participaram ativamente do processo.

Os republicanos, mesmo não tendo a simpatia da população, aproveitaram os incidentes gerados pelas questões acima descritas para incompatibilizar o povo com a monarquia. A conclusão do movimento abolicionista, em 1888, com a Lei Áurea, não foi suficiente para resgatar a popularidade do Império.

Os incidentes com os militares e a ação do Ten Cel Benjamim Constant junto aos alunos da Escola Militar colocaram em lados opostos os militares e o Imperador. Além disso, formaram com os republicanos os seguidores da Escola Positivista, de Augusto Comte, que atraíram os militares para a sua sociedade, em 1881.

Em 1889, face as dificuldades políticas e a necessidade de reformas, o Imperador D Pedro II escolheu para a chefia do gabinete de ministros Afonso Celso de Assis Figueiredo, Visconde de Ouro Preto. Sua administração procurou estabelecer um convívio harmônico com os militares já comprometidos com a campanha republicana.

O mês de novembro do mesmo ano revelou um recrudescimento das ações visando o estabelecimento da república e a consequente queda da monarquia. Na época o Imperador, que se encontrava na cidade de Petrópolis, ao chegar ao Rio de Janeiro tentou, em vão, formar novo gabinete e contatar Deodoro da Fonseca.

O Marechal Deodoro não era tão conhecido e a causa republicana possuía tantos adeptos que pudessem simplesmente extinguir o Império. A população não participou ativamente do processo e nem de seu desfecho. No dia 15 de novembro, quando da proclamação de Deodoro, dando vivas à República, nas palavras de Aristides Lobo: “O povo assistiu aquilo bestializado, atônito, surpreso, sem conhecer o que significava”.

Estava encerrado um reinado de 49 anos, o Imperador e sua família seguiram para o exílio, depois de deixar um país pacificado internamente e pleno de liberdade política. A República se instalou no Brasil, com todas as mazelas da sua classe política e as deficiências estruturais que iriam acompanhá-la por todo o século.

2. A CONSOLIDAÇÃO DA ORDEM LIBERAL-OLIGÁRQUICA: A CENTRALIZAÇÃO E O REGIONALISMO

A Primeira República, conhecida como República Velha, teve seu corte cronológico entre 1889 (Proclamação da República) e 1930 (Revolução Liberal, que levou Getúlio Vargas ao poder). Dois períodos distintos caracterizaram essa fase. A República da Espada foi o período compreendido entre a Proclamação da República (1889) e a eleição de Prudente de Moraes, primeiro presidente civil, (1894). Nesse

período, o Brasil foi governado pelo Marechal Deodoro da Fonseca (o Proclamador) e, em seguida, pelo Mal Floriano Peixoto (o Consolidador da República).

O segundo período conhecido como “A República das Oligarquias” iniciou seu período após a eleição de Prudente de Moraes (o Pacificador da República) até o governo de Washington Luís, deposto depois da Revolução de 1930, liderada por Getúlio Vargas. Denominou-se República das Oligarquias por ter sido a fase da história republicana caracterizada pela supremacia política das grandes oligarquias (grupos formados por elementos da classe dominante, fundamentalmente grande proprietários de terras, cafeicultores). O 15 de novembro de 1889 não resultou de um movimento popular, mas sim da conjugação de interesse políticos entre os militares, que representavam a classe média urbana, e a elite agrária, principalmente os cafeicultores do oeste paulista.

Depois da proclamação da República, foi estabelecido no Brasil um governo provisório que permaneceu no poder até a escolha do governo definitivo. O novo governo era representado pela classe proprietária exportadora, os latifundiários, pelos militares e por alguns profissionais liberais. Entre os membros do governo provisório, destacaram-se o Marechal Deodoro da Fonseca, Rui Barbosa (Ministro da Fazenda) e Quintino Bocaiúva (Ministro do Exterior).

O Governo Provisório tomou inicialmente as seguintes medidas:

- dissolveu as Assembleias Provinciais, as Câmaras Municipais e a Câmara dos Deputados;
- extinguiu a vitaliciedade do Senado;
- decretou a expulsão da família real;
- transformou as províncias em estados;
- nomeou interventores, principalmente militares, para governar os estados;
- criou a bandeira republicana com o lema positivista “Ordem e Progresso”;
- decretou a grande naturalização, tornando brasileiro todo estrangeiro residente no Brasil, com exceção daqueles que não quisessem;
- decretou a separação entre a Igreja e o Estado, a liberdade de culto e a regulamentação do casamento civil;
- realizou o reconhecimento dos compromissos assumidos pelo governo imperial;
- convocou uma Assembleia Constituinte para elaborar a nova Constituição;
- extinguiu o Conselho de Estado;

- estabeleceu como sede do governo federal a cidade do Rio de Janeiro; e
- promulgou a Constituição de 1891, a primeira da República.

Em 24 de fevereiro de 1891, foi promulgada a primeira Constituição Republicana que teve como principal modelo a constituição norte-americana. A Constituição de 1891 ficou marcada por características básicas e fundamentais descritas a seguir:

- Federalismo: o Brasil era constituído por uma federação de vinte estados, aos quais foi concedida ampla autonomia econômica e administrativa; porém cabiam à União as melhores fontes de renda pública, a defesa nacional e as relações exteriores (a ampla autonomia dos estados não representava o esfacelamento do poder central).

- Presidencialismo: o chefe do Poder Executivo era o Presidente da República.

- Regime de representatividade: O Presidente da República, o Vice-Presidente, os governadores dos estados e os membros do Poder Legislativo, em todos os níveis, seriam eleitos diretamente pelo povo, dentro das normas de votação da Constituição.

- Três poderes: o governo do País foi confiado a três poderes: Executivo, Legislativo e Judiciário.

- Poder Executivo: era composto por um Presidente eleito diretamente, com mandato de quatro anos, que seria auxiliado pelo Vice-Presidente e por um ministério. O Presidente, que não podia ser reeleito, tinha a prerrogativa para determinar a intervenção federal na administração dos estados em certos casos.

- Poder Legislativo: era exercido pelo Congresso Nacional, composto pelo Senado Federal e pela Câmara dos Deputados, todos eleitos mediante sufrágio universal direto.

- Poder Judiciário: tinha como órgão máximo o Supremo Tribunal Federal e juízes federais (vitalícios).

A Constituição de 1891 era liberal, presidencialista e federativa. Regeu os destinos políticos do Brasil até a década de 1930, tendo sofrido uma pequena reforma em 1926.

A República das Espadas

O Governo de Deodoro da Fonseca (1889-1891)

Após a promulgação da Constituição, foram eleitos pelo Congresso Nacional, que sofreu forte pressão dos militares, o Presidente Deodoro da Fonseca e o Vice Floriano Peixoto. No curto período que esteve no poder, Deodoro governou com minoria parlamentar, pois o Legislativo era dominado pelas oligarquias estaduais que lhe faziam oposição.

Um dos problemas ocorridos no início da República foi a chamada “Crise do Encilhamento”. Rui Barbosa, Ministro da Fazenda, acreditava ser possível transformar um país que era essencialmente agrário, com uma oligarquia poderosa, em uma nação industrializada com uma burguesia poderosa. Industrializar o país e realizar a independência econômica frente ao capitalismo europeu era o objetivo pretendido. Dentre as muitas medidas adotadas por Rui Barbosa – como aumento das tarifas alfandegárias, facilidade na importação de matérias-primas e outras, houve uma, que foi a emissão de moeda, visando o aumento do meio circulante e a facilidade de crédito para estimular os negócios e a produção interna, que acabou resultando numa violenta inflação e uma desenfreada especulação na Bolsa de Valores.

Com a inflação galopante, faliram muitas empresas que não puderam saldar suas dívidas. E a República conheceu sua primeira crise econômica, conhecida por “Crise do Encilhamento”, que trouxe grandes prejuízos aos grandes fazendeiros e beneficiou os grupos financeiros internacionais, para os quais interessava um Brasil economicamente dependente. A crise culminou com a renúncia de Rui Barbosa.

Diante do descompasso político entre o Executivo e o Legislativo, Deodoro mandou ocupar o Congresso Nacional em 03 de novembro de 1891, declarando dissolvido o poder Legislativo. O Golpe teve apoio imediato do Exército e dos governos estaduais, exceto do governador do Pará, Lauro Sodré, um jovem militar positivista. Enquanto isso, Custódio de Melo, Floriano e congressistas organizavam o contragolpe. Deodoro ameaçou resistir, ordenando a prisão de Custódio de Melo, que escapou e sublevou a Esquadra, ameaçando bombardear o Rio de Janeiro. Diante da iminência de uma guerra civil, Deodoro renunciou e entregou o poder a quem competia constitucionalmente, ao vice Floriano Peixoto.

O Governo de Floriano Peixoto (1891-1894)

Floriano assumiu a Presidência da República apoiado numa forte ala militar florianista e nas oligarquias estaduais antideodoristas, o que lhe deu força e poder, coisa que Deodoro não possuía. Com sua ascensão ao poder, foi suspensa a dissolução do Congresso e foram depostos todos os governadores que haviam apoiado o golpe de Deodoro. Floriano julgou necessário governar pela força, pois eram grandes e muitos os problemas nacionais. Um dos primeiros que teve de enfrentar foram os protestos da oposição, que não o consideravam legítimo presidente. Segundo a Constituição de 1891, se o presidente fosse impedido de governar por alguma razão, antes de ter passado dois anos no poder, deveriam ser convocadas novas eleições. Como Floriano não convocou, teve de enfrentar as revoltas dos Fortes de Santa Cruz e de Lages e um manifesto de treze generais. Floriano mandou fuzilar o líder da revolta do Forte de Santa Cruz e exonerou os treze generais, numa demonstração de força. O Congresso, que simpatizava com o Marechal de Ferro (cognome de Floriano), legitimou seu poder em 1892. Floriano Peixoto teve ainda de enfrentar duas revoltas iniciadas em 1893: a Revolução Federalista (RS) e a Revolta da Armada (RJ).

Após o advento da República, as lutas partidárias no RS transformaram-se numa violenta guerra civil. O presidente do estado, Júlio de Castilhos, enfrentava a oposição dos federalistas, que queriam a predominância do poder federal sobre o estadual e a reforma da Constituição gaúcha que, tendo caráter positivista, possibilitava a ditadura do governo do estado.

Esses federalistas (maragatos) revoltaram-se em fevereiro de 1893 com o propósito imediato de libertar o RS da tirania de Castilhos (os pica-paus). Os revoltosos se uniram aos participantes da Revolta da Armada, que estava ocorrendo na mesma época no RJ, mergulhando o país na mais sangrenta revolução da República Velha. Posteriormente foram derrotados.

Em setembro de 1893, o almirante Custódio de Melo sublevou a Armada exigindo a imediata reconstitucionalização do país. Depois de bombardear o Rio de Janeiro, zarpou para o sul e uniu-se aos federalistas que haviam ocupado Desterro (atual Florianópolis), instalando aí um Governo Revolucionário. A rebelião se propagou com a ocupação do Paraná e o ataque a São Paulo.

Floriano começou a combater os rebeldes que se asilaram em navios portugueses, provocando uma questão diplomática com Portugal e o rompimento de relações com esse país. Com a deposição dos governos revolucionários do Paraná e Santa Catarina, e a violenta repressão aos rebeldes, a rebelião terminou e o Marechal de Ferro consolidou a República.

No campo econômico, a política de Floriano caracterizou-se por uma ação favorável à classe média e à nascente burguesia brasileira. Com o objetivo de defender a indústria nacional, Floriano estabeleceu um novo protecionismo alfandegário, isentou o pagamento de taxas alfandegárias para a importação de máquinas, equipamentos e matérias-primas, e autorizou os empréstimos para as indústrias. Com tanta força e poder nas mãos, Floriano tinha prestígio para permanecer no poder após terminar seu mandato, em 1894, porém não continuou, pois a Constituição não permitia reeleição.

3. AS REVOLTAS INTERNAS ANTIOLOGÁRQUICAS

A República das Oligarquias

Com a ascensão de Prudente de Moraes, começou uma nova etapa da República Velha. Foi a fase da República das Oligarquias, caracterizada pelo domínio dos fazendeiros e pelo reinado absoluto do café.

O governo de Prudente de Moraes (1894-1898)

Primeiro presidente civil, natural de Itu - São Paulo, e o primeiro eleito pelo voto direto. Assumiu o governo em época de crise financeira e política, tendo que combater os “jacobinistas” (militares radicais que não aceitavam a perda de poder para os civis).

Durante seu governo ocorreu a primeira grande insurreição, que comprometeu seriamente o poder central, durante a qual o próprio presidente acabou sofrendo um atentado que vitimou o Marechal Bittencourt, Ministro da Guerra.

Governo de transição teve de enfrentar a Guerra de Canudos, deflagrada por fanáticos religiosos e injustiçados do sistema, liderados por Antônio Vicente Mendes Maciel, conhecido como beato “Antônio Conselheiro”, que ocupa um latifúndio improdutivo, fundando a cidade de Belo Monte e o Arraial de Canudos, no interior da Bahia. As principais características do movimento foram: o Milenarismo (doutrina religiosa, retirada da Bíblia, que anuncia o regresso de Jesus Cristo para constituir um reino com duração de mil anos), o Sebastianismo (inconformidade com a situação política vigente e uma expectativa de salvação através da ressurreição de um morto ilustre) e o Messianismo (a crença no retorno de um enviado divino libertador, e, defesa da causa de um povo ou um grupo oprimido).

Canudos era uma comunidade autosuficiente e anti-republicana (devido à separação da Igreja do Estado), bem organizada administrativamente. Os latifundiários tentaram vencer Canudos e foram derrotados, vindo a pedir o auxílio do Exército.

O episódio foi fruto de uma série de fatores como a grave crise econômica e social pela qual passava a região à época, historicamente caracterizada por latifúndios improdutivos, secas cíclicas e desemprego crônico. Milhares de sertanejos partiram para Canudos, cidadela liderada por Conselheiro, unidos na crença numa salvação milagrosa que pouparia os humildes habitantes do sertão dos flagelos do clima e da exclusão econômica e social.

Os grandes fazendeiros da região, unindo-se à Igreja, iniciaram uma forte pressão junto à república recém-instaurada, pedindo que fossem tomadas providências contra Antônio Conselheiro e seus seguidores. Criaram-se rumores de que Canudos se armava para atacar cidades vizinhas e que iria partir em direção à capital para depor o governo republicano, reinstalando a monarquia. Apesar de não haver nenhuma prova para estes rumores, o Exército foi mandado para Canudos.

Três expedições militares saíram derrotadas, inclusive uma comandada pelo Coronel Antônio Moreira César. A derrota das tropas do Exército pelos canudenses nestas primeiras expedições apavorou a opinião pública, que acabou exigindo a destruição do arraial, dando legitimidade ao massacre de até vinte mil sertanejos. Estima-se que cinco mil militares tenham morrido. A guerra terminou com a destruição total de Canudos, após um intenso bombardeio, em 5 de outubro de 1897 e com o incêndio de todas as 5.200 casas do arraial.

Prudente de Moraes enfrentou uma forte oposição florianista no período, com muitos distúrbios no Rio de Janeiro. Os radicais acusaram o governo de fraqueza na repressão ao movimento de Canudos.

O Governo de Campos Sales (1898-1902)

Paulista de Campinas, responsável pela consolidação da República das oligarquias, baseou seu governo na ação política administrativa das oligarquias estaduais. As principais características dessa fase da República são: política do café com leite (alternância no poder entre São Paulo e Minas Gerais, principais centros eleitorais e financeiros); política dos governadores (os presidentes das províncias dirigem o voto do eleitorado do seu estado para o candidato oficial da política do café com leite, em troca da autonomia do seu estado - troca de favores); política dos coronéis (mesma política dos governadores, reduzidas para determinadas regiões controladas por um grande latifundiário local; conhecida como voto de cabresto, curral eleitoral, voto de bico de pena); comissão de verificação (a legitimidade da eleição era dada pelo Legislativo, comprometido com a política do café com leite).

No seu governo acontece o saneamento financeiro efetuada pelo ministro da fazenda Joaquim Murinho, que inicia uma política deflacionista reduzindo drasticamente as despesas do governo e salários (arrocho salarial). Em troca, ocorre o reconhecimento internacional, inclusive com o estabelecimento do 1º Funding Loan (empréstimo de 10 milhões de libras e concessão da moratória por treze anos). No final do seu governo, as finanças estavam saneadas, mas o povo e a classe média estavam mais pobres.

O Governo de Rodrigues Alves (1902-1906)

Paulista de Guaratinguetá estabeleceu uma política de modernização conhecida como quadriênio progressista, utilizando dos recursos deixados pelo governo anterior e pelo aumento da exportação do café e da borracha.

Iniciou uma campanha de saneamento e urbanização no Rio de Janeiro com duas frentes: O bota-abaixo, liderado pelo prefeito Pereira Passos, derrubando cortiços, biroskas e quiosques, substituindo por obras arquitetônicas inspiradas na

França, e o estabelecimento da luz elétrica gerada pela companhia canadense *Light and Power*.

A outra frente foi o combate às epidemias através da campanha de vacinação efetuada pelo médico sanitarista Osvaldo Cruz. A oposição mobilizou o povo descontente com o arrocho salarial e o deslocamento para as regiões periféricas, dizendo que a vacina, ao invés de combater doenças, traria novas, gerando a “Revolta da Vacina”, que destruiu bondes e depredou prédios.

No final do seu governo, Rodrigues Alves aprovou o Convênio de Taubaté, que foi a primeira política de valorização do café. Esse convênio reuniu São Paulo, Minas Gerais e Rio de Janeiro. Os três estados decidiram que o governo federal compraria e estocaria as sacas de café para evitar a queda de preço. Também determinaram um imposto de três francos por saca exportada.

Sua administração financeira foi muito bem sucedida. O presidente dispunha de muito dinheiro, já que seu governo coincidiu com o auge do ciclo da borracha no Brasil, cabendo ao país 97% da produção mundial. Em 1903, Rodrigues Alves comprou a região do Acre da Bolívia, pelo Tratado de Petrópolis - processo conduzido pelo então diplomata José Maria da Silva Paranhos (barão do Rio Branco). Deixou a presidência com grande prestígio, sendo chamado "o grande presidente".

O Governo de Afonso Pena (1906-1909)

Primeiro mineiro a assumir a presidência, depois de uma aliança com o Rio Grande do Sul para evitar a entrada de um novo paulista. Apesar de muito idoso, governou com jovens, o que valeu ao seu ministério o apelido de “Jardim de Infância”.

Aproveitando a expansão da borracha, efetivou uma política de integração da Amazônia, colocando cabos telegráficos na região, em empreendimento liderado pelo Marechal Rondon.

Criou a caixa de conversão, trocando moedas estrangeiras por bilhetes conversíveis.

Durante o seu mandato, Rui Barbosa representou o Brasil na Conferência de Haia, onde recebeu o título de “Águia de Haia”. Acontece também o marco da aviação, com o 14 Bis, de Santos Dumont. Morre antes de completar o mandato.

O Governo de Nilo Peçanha (1909-1910)

Apesar do pouco tempo de mandato, o positivista carioca estabeleceu a criação do SPI (Serviço de Proteção ao Índio), que teve como primeiro presidente o Marechal Cândido Rondon, mais tarde substituído no governo militar pela FUNAI (Fundação Nacional do Índio). Criou, ainda, a primeira escola técnica do Brasil.

No seu governo acontece a primeira disputa efetiva eleitoral para a presidência entre o Marechal Hermes da Fonseca, com a “política de salvação nacional”, apoiado pelo RJ, RS e MG, contra Rui Barbosa, com a “campanha civilista”, apoiado por SP e BA. Coube a vitória a Hermes da Fonseca.

O Governo de Hermes da Fonseca (1910-1914)

Gaúcho e sobrinho do marechal Deodoro da Fonseca, foi o primeiro presidente a receber a faixa presidencial.

No início do seu governo, foi obrigado a enfrentar a “Revolta da Chibata”, movimento que estourou na Marinha contra os maus tratos, apresentando como causa imediata a condenação de um marinheiro Marcelino Rodrigues a receber chibatadas, onde liderados pelo cabo negro João Cândido, “o Almirante Negro”, os marinheiros ocuparam os dois principais navios “São Paulo” e “Minas” da Esquadra e ameaçaram, com seus canhões, disparar sobre o Rio de Janeiro, exigindo o fim dos maus tratos.

O governo do presidente marechal Hermes da Fonseca declarou aceitar as reivindicações dos amotinados, abolindo os castigos físicos e anistiando os revoltosos que se entregassem. Estes, então, depuseram armas e entregaram as embarcações. Entretanto, dois dias mais tarde, alguns marinheiros foram expulsos da Marinha, sob a acusação de “inconveniência à disciplina” e quatro marujos foram presos, sob a acusação de conspiração.

Neste período, destacou-se a figura do republicano e senador gaúcho Pinheiro Machado, que vislumbrava a possibilidade de se tornar presidente. Até então, os partidos da República Velha eram constituídos em âmbito regional, como o Partido Republicano Paulista, o Partido Republicano Rio-grandense e outros. Pinheiro Machado, com a sua ampla visão política, adiantou-se no seu tempo ao

fundar um partido político nacional, o Partido Republicano Conservador – PRC, com a intenção de substituir a velha oligarquia do café com leite.

Em 1912, eclodiu a “Guerra do Contestado”. Em muitos aspectos, esse grande movimento de revolta social assemelhou-se à Guerra de Canudos, porque envolveu beatos e sertanejos que pegaram em armas para lutar pela posse da terra. O conflito ocorreu nas fronteiras dos Estados do Paraná e Santa Catarina. A revolta foi um movimento eminentemente popular organizado por sertanejos miseráveis, que foram expulsos das grandes propriedades agrárias pelos coronéis locais. Mobilizados e liderados primeiro pelo religioso João Maria, e depois por José Maria, os sertanejos enfrentaram diversas expedições militares enviadas pelo governo federal. A Guerra Santa do Contestado só foi debelada em 1916, pelo General Setembrino de Carvalho, no governo de Wenceslau Brás, o sucessor de Hermes da Fonseca na presidência da República.

No final do seu governo, eclodiu a Primeira Guerra Mundial.

O Governo de Wenceslau Brás (1914-1918)

Mineiro, governou durante o período da Primeira Guerra Mundial, sendo obrigado a criar uma política industrial de substituição aos produtos importados ingleses, escassos devido ao conflito internacional. Favoreceu a entrada de produtos norte-americanos em substituição aos ingleses.

No seu governo ocorreu o assassinato do senador gaúcho Pinheiro Machado e teve fim a Guerra do Contestado.

Na cidade de São Paulo eclode a grande greve de 1917, reivindicando melhores salários, redução da jornada para 8 horas, proibição do trabalho para menores de 14 anos, do trabalho noturno para mulheres e menores de 18 anos, a paz mundial etc. A causa imediata da greve foi o assassinato do sapateiro anarquista, Antônio José Martinez. O movimento sindical foi liderado por 3 correntes ideológicas:

- Os anarco-sindicalistas, que acreditavam na luta econômica travada pelo processo das greves, como forma de amadurecimento espontâneo da ação revolucionária. Eram discípulos do francês George Sorel. Esta filosofia foi trazida por italianos e espanhóis. A organização era efetuada pela COB (Confederação

Operária Brasileira). Eram contrários a qualquer tipo de organização autoritária e direcionadora do movimento, preferindo a auto-organização dos trabalhadores.

- Os socialistas, provenientes do Partido Socialista Brasileiro, fundado em 1902, apostavam na educação operária, como fator de organização revolucionária.

- Os reformistas, que pretendiam melhorar as condições da classe trabalhadora dentro do próprio sistema por meio de reformas, sendo contrários ao processo revolucionário. Chegaram ao poder juntos com Getúlio Vargas.

Com a criação da OIT (Organização Internacional do Trabalho), acenando com mudanças trabalhistas para evitar a aproximação destes ao socialismo, os anarquistas contrários ao Estado entraram num dilema de apoiar ou não as reformas propostas, e acabaram superados pelos comunistas, surgidos com a criação do Partido Comunista, em Niterói (1922).

O Governo de Rodrigues Alves (não assumiu)

Eleito, não tomou posse, pois morreu vitimado de gripe espanhola. Seu vice, Delfim Moreira, assumiu até novas eleições.

O Governo Delfim Moreira (1918-1919)

Vice na chapa de Rodrigues Alves durante as eleições, assumiu a presidência em virtude do falecimento daquele, até que fossem convocadas novas eleições (à época a Constituição previa que o vice-presidente só assumiria provisoriamente, caso o presidente morresse antes de decorridos dois anos de sua posse, ou seja, a metade de seu mandato).

No seu governo, o Brasil se fez representar na Conferência de Paz em Paris, pelo senador Epitácio Pessoa, eleito presidente em disputa com Rui Barbosa. Logo após a volta do novo presidente do exterior, Delfim Moreira passou-lhe o cargo, voltando à vice-presidência.

Seu curto mandato (que ficou conhecido como regência republicana) foi um período assinalado por vários problemas sociais, especialmente um grande número de greves gerais.

O Governo de Epitácio Pessoa (1919-1922)

Paraibano, estabeleceu pela primeira e última vez na história a ocupação das pastas militares, por civis: Guerra - o historiador Pandiá Calógeras; Marinha - o médico Raul Soares.

João Pandiá Calógeras, estadista e estudioso dos assuntos militares, introduziu no Exército a Missão Militar Francesa. Atualizou a instrução profissional, aparelhando escolas, fábricas e arsenais e construindo quartéis nas guarnições de fronteira.

Levou a cabo algumas obras contra a seca no Nordeste. Foram construídos duzentos e cinco açudes, duzentos e vinte poços e quinhentos quilômetros de vias férreas locais. Isso, no entanto, não bastou para satisfazer a insustentável situação de penúria da população local. Cuidou também da economia cafeeira, conseguindo manter em nível compensador os preços do principal produto de exportação brasileiro à época.

Em seu Governo, durante o período eleitoral, ocorreu a Crise das Cartas Falsas, envolvendo o candidato Arthur Bernardes, o Marechal Hermes e Nilo Peçanha (o outro candidato). Em 09 de outubro de 1921, a imprensa publicava o fac-símile de uma carta assinada pelo candidato à Presidência da República Arthur Bernardes, com graves ofensas ao Marechal Hermes da Fonseca. A carta que intrigava Bernardes com os militares era falsa.

No dia seguinte publicava-se outra missiva, também atribuída ao candidato mineiro, desta vez insultando Nilo Peçanha, também candidato à Presidência da República. As cartas supostamente escritas por Bernardes deflagraram uma grave crise, repercutidas por outros jornais. Arthur Bernardes apressou-se em negar a sua autoria. O Clube Militar atestou a falsificação, mas a imprensa não estava muito preocupada com isso, a esta altura engajada na disputa eleitoral. E assim as cartas falsas alimentaram o debate, até o sufrágio dos eleitores em março de 1922, a abertura das urnas e a recontagem dos votos, exigência da oposição, até a confirmação da vitória de Bernardes.

Em fevereiro de 1922, acontece a Semana da Arte Moderna, que representou uma verdadeira renovação de linguagem, na busca de experimentação, na liberdade criadora da ruptura com o passado, pois a arte passou então da vanguarda, para o modernismo. O evento marcou época ao apresentar novas ideias

e conceitos artísticos. O ponto de partida para divulgação do movimento começou com a polêmica travada dos modernistas em defesa da pintora Anita Malfatti contra Monteiro Lobato, que atacou a estética da pintora com um texto no jornal “O Estado de São Paulo”: “paranoia ou mistificação”. Os modernistas pretendiam fugir das concepções puramente europeias e criar um movimento tipicamente nacional. O radicalismo da fase inicial do movimento chocou inúmeros setores conservadores, que se viram ridicularizados pelos novos artistas.

No campo político, válido é assinalar a fundação do Partido Comunista Brasileiro (PCB) em 1922. Trouxe grande repercussão o novo partido, já que deu nova orientação e organização ao movimento operário. Os trabalhadores, influenciados pelos ideais da Revolução Russa de 1917, abandonaram progressivamente o anarquismo em favor do socialismo. As oligarquias, naturalmente, não viam com bons olhos a organização proletária, buscando dificultar ao máximo sua atuação.

A 5 de julho de 1922, uma revolta irrompeu no Forte de Copacabana, com a adesão do Forte do Vigia e dos alunos da Escola Militar. Foi o primeiro levante tenentista no Brasil. Visavam os revoltosos a derrubada do Presidente e do Ministro da Guerra, e o impedimento da posse de Artur Bernardes (pela Crise das Cartas Falsas). Estavam, ainda, descontentes com a situação política do Brasil. Não declaravam nenhuma ideologia e propunham reformas na estrutura de poder do país, entre as quais se destacam o fim do voto de cabresto, instituição do voto secreto e a reforma na educação pública.

Apenas dezessete oficiais participaram da rebelião, obtendo o apoio de um civil Otávio Correia. Os dezoito amotinados, com um idealismo inacreditável, enfrentaram as tropas federais. Dezesseis morreram; os outros dois, muito embora baleados, sobreviveram. Um dos sobreviventes foi Siqueira Campos, que viria a ser figura de importância na política brasileira até seu falecimento em 1930, e o outro Eduardo Gomes, que posteriormente tornou-se Brigadeiro e concorreu à presidência da república pela UDN.

O Governo de Arthur Bernardes (1922-1926)

Mineiro de Viçosa governou quase que ininterruptamente por meio de Estado de Sítio. No seu governo, deflagrou uma luta armada no Rio Grande do Sul, entre os

partidários de Borges de Medeiros (borgistas ou chimangos) contra os aliados de Joaquim Francisco de Assis Brasil (assisistas ou maragatos), onde Borges de Medeiros tentava se reeleger presidente do estado pela quinta vez consecutiva. Com o Acordo de Pedras Altas, de dezembro de 1923, Borges pôde permanecer até o final do mandato em 1928, mas a Constituição de 1891 foi reformada. Impediu-se o instituto das reeleições. O acordo foi importante para o Rio Grande do Sul. O sucessor de Borges no governo gaúcho foi Getúlio Vargas.

Em 5 de julho de 1924, aconteceu o segundo movimento tenentista, dessa vez em São Paulo, liderado pelo General Isidoro Dias Lopes, Miguel Costa (Major da Força Pública) e os irmãos Távora (Joaquim e Juarez). Esse movimento conseguiu tomar o Palácio de Campos Elíseos, e o governador Caetano de Campos pediu auxílio às tropas legalistas do Rio de Janeiro. Os objetivos eram similares ao movimento de 1922. Em desvantagem, os tenentistas fugiram para o interior de São Paulo, onde se encontraram com outra tropa tenentista vinda do Rio Grande do Sul, liderada por Luís Carlos Prestes, formando a Coluna Prestes / Miguel Costa, que atravessou, por cerca de 25 mil km, o território brasileiro. Os revoltosos foram obrigados a se refugiarem na Bolívia, em 1927.

Artur Bernardes foi o pioneiro da siderurgia em Minas Gerais e se bateu pela ideologia nacionalista e de defesa dos recursos naturais do Brasil. Sob seu governo, o Brasil se retirou da Liga das Nações em 1926.

Bernardes promoveu a única reforma da Constituição de 1891, reforma que foi promulgada em setembro de 1926 e que alterava principalmente as condições para se estabelecer o estado de sítio no Brasil.

O Governo de Washington Luís (1926-1930)

“Paulista de Macaé” (nascido em Macaé, foi político de São Paulo), acabou com o estado de sítio, libertou todos os presos políticos e também muitos cidadãos presos injustamente, mas tomou outras medidas arbitrárias.

Criou a Lei Celerada, em 1927, censurando a imprensa e restringindo o direito de reunião; essa nova lei era dirigida contra os tenentes e os operários filiados à organização revolucionária BOC (Bloco Operário Camponês), entidade que reunia integrantes do Partido Comunista, recolocado na ilegalidade.

No final do seu governo, deveria indicar o mineiro Antônio Carlos Andradas para presidência. Acabou indicando o paulista Júlio Prestes, devido à necessidade de proteção do café, após a queda da Bolsa de Nova York em 1929. Os mineiros, revoltados com o rompimento da política do café com leite, uniram-se ao Rio Grande do Sul e Paraíba, formando a Aliança Liberal, lançando o gaúcho Getúlio Vargas para presidente e João Pessoa para vice.

A máquina da política do café com leite deu vitória para Júlio Prestes. Porém, a ala jovem da Aliança Liberal formada por Flores da Cunha, Oswaldo Aranha e Lindolfo Collor não aceitaram o resultado e procuraram auxílio dos tenentistas exilados na Bolívia. Luís Carlos Prestes se recusou, pois depois de ler Marx e Engels, adotou a tese revolucionária de defesa da luta de classes e do fim da propriedade privada. Juarez Távora assumiu o projeto tenentista.

O assassinato passional de João Pessoa, transformado num caso político, radicalizou ainda mais o processo, e quando parecia inevitável o choque, as tropas legalistas deram o golpe formando a Junta Pacificadora com os Generais Mena Barreto e Tasso Fragoso e o Almirante Isaías Noronha.

Getúlio Vargas teve que estruturar uma campanha da legalidade, com auxílio dos tenentistas, da burguesia industrial e do povo, alegando ter sido o candidato derrotado pela fraude e, portanto, o legítimo presidente. Tem início, a partir daí, a Era Vargas.

4. A INDUSTRIALIZAÇÃO, O TRABALHO E A IMIGRAÇÃO

Por ocasião da instalação do governo provisório da República a situação econômica mereceu a atenção do novo governo. Instado a Ministro das Finanças Rui Barbosa estabeleceu uma reforma que ficou conhecida como “encilhamento”. Essa prática, baseada em opiniões e pareceres de homens de negócios, levou o país a possuir altas inflacionárias que colocaram em risco toda a economia. Todo o processo atravessou também o governo de Floriano Peixoto e só veio a ter uma recuperação no primeiro governo civil com Prudente de Moraes. Entretanto, após a solicitação de empréstimos vultosos à Inglaterra a solução foi emitir uma moratória.

Mesmo antes de assumir o governo Campos Salles buscou negociação com banqueiros ingleses. Esse acordo denominado de “Funding Loan” permitiu que o

Brasil se recuperasse através do corte despesas e equilíbrio nos pagamentos externos.

O café era a base da economia nacional, representando cerca de 70% das exportações brasileiras. Outro produto, a borracha, foi muito explorada na república velha. Outros como o açúcar e o cacau contribuíram para complementar a pauta de exportação. Na década de 1920 uma lenta mas decisiva marcha para a industrialização, com a implantação de fábricas nas regiões Leste e Sul como a Siderúrgica Belgo Mineira e a exploração do carvão em Santa Catarina.

Com empréstimos conseguidos aos Estados Unidos houve a melhoria nos transportes, a eletrificação da Central do Brasil. O Brasil carecia de fontes de energia como o petróleo, sendo obrigado a importar esse produto. Com a chegada da crise de 1929 (quebra da Bolsa de Nova York) e as grandes safras de café de 1927/28, houve retração no mercado comercial do café. Os EUA, nossos maiores compradores reduziram a importação criando colapso nas vendas do produto nacional. Esse fator contribuiu para a Revolução de 1930.

A opção pelo transporte ferroviário, no início da República, refletiu a necessidade da integração de todo território nacional. Uma comissão instituída no início republicano (1890-1895) elaborou um projeto de interligação ferroviária, particularmente na região Nordeste, que conseguiu instalar cerca de 4.000 Km de trilhos. A Estrada de Ferro Araraquara – Jundiaí, em São Paulo, atendeu ao escoamento de café, em 1901. A partir do governo Campos Salles a implantação de outras linhas ocorreram mas não na quantidade e localização que desejava o governo. Após a realização de arrendamentos as regiões Sul e Sudeste ficaram melhor servidas por esse tipo de transporte. No entanto, ao final do período da Primeira República haviam sido instalados em torno de 33.000 Km de trilhos.

Após a Abolição da Escravatura (1888) e o advento da República, a carência de mão de obra para as lavouras de café levaram o Brasil a incentivar a imigração maciça. Com isso levas de italianos (cerca de 900.000) chegaram ao Brasil nos primeiros anos do século XX, particularmente para o Estado de São Paulo. Também vieram portugueses para Santa Catarina, Alemães para o Sul do Brasil, especificamente o Rio Grande Sul e japoneses para a Cidade de São Paulo. Posteriormente espanhóis chegaram em São Paulo, Minas Gerais e Rio Grande do Sul, e, após a Primeira Grande Guerra, russos, poloneses e ucranianos fixaram-se no estado do Paraná.

5. OS MILITARES NA REPÚBLICA VELHA

Com a instituição da República não houve modificação na estrutura política do país. O povo continuou sem interferir no processo político, foi um mero espectador dos acontecimentos gerados pelo confronto das facções que possuíam o poder na “Velha República”. Pela força das armas a nascente república, mesmo com governos civis e a influência mais presente dos governadores, caminhou entre períodos de paz e turbulência, nos quais a presença e a interferência dos militares foi constante e efetiva.

Na realidade, a primeira República iniciou com uma intervenção militar e terminou, em 1930, com outra intervenção. Observa-se que as diversas intervenções ocorridas no período variaram em relação ao grau hierárquico dos envolvidos, raramente originando-se da própria instituição.

Foi criada, em 1896, a Confederação Brasileira de Tiro, para os jovens do Serviço Militar. No entanto, só tomou vulto em 1906 com o marechal Hermes da Fonseca, Ministro da Guerra do Governo Prudente de Moraes. Foi criada em 1913 a revista “A Defesa Nacional”, por um grupo de oficiais que estagiaram no Exército Alemão e que ficaram conhecidos como “Jovens Turcos”.

O sentido de profissionalismo, dentro da Instituição Militar, passou por modificações, ao longo das décadas de 1910 e 1920, motivadas pela influência dos positivistas de Benjamin Constant, que se autodenominavam de bacharéis, e da Missão Militar Francesa, a partir de 1920, aqui instalada para desenvolver as atividades militares de ensino e adestramento da tropa. Essa missão permaneceu no Brasil até o início da II Guerra Mundial. Houve um avanço significativo tanto na organização como no desempenho profissional, particularmente da oficialidade.

Fruto da primeira constituição da República, de 1891, a qual não estipulava qualquer restrição à participação dos militares na política, surgiram grupos bem identificados dentro da Força Terrestre, desejosos de ditar os rumos do país. O grupo mais homogêneo, e que realmente influenciou politicamente a Primeira República, foi o do “Tenentismo”, jovem oficialidade que fez oposição às ações políticas e aos desmandos da oligarquia que se encontrava no poder. O “Tenentismo” promoveu levantes militares contra os governos constituídos, a partir

de 1922, com a “Revolta do Forte de Copacabana”, as Revoltas Paulista e Gaúcha de 1924, atingindo o seu auge com a formação da Coluna Miguel Costa-Prestes (1925-1927).

Os militares, juntamente com as forças políticas derrotadas nas eleições de 1929, sob a liderança de Getúlio Vargas, participaram ativamente da Revolução de 1930, que encerrou o período da Primeira República, terminando com os governos oligárquicos.

6 . A POLÍTICA EXTERNA DA REPÚBLICA VELHA

O Sistema Republicano, instituído no Brasil a partir de 1889, precisou ser reconhecido e validado internacionalmente, após sua comunicação às missões diplomáticas. Na América do Sul Argentina e Uruguai foram os primeiros Estados a reconhecer a nova República. Os Estados Unidos da América só reconheceu o Brasil como República em janeiro de 1890. Portugal aguardou mais um tempo e só estabeleceu relações com a nova República em setembro de 1890.

O Brasil teve pouca participação na Conferência de Washington, em 1889, por força do movimento que culminou com a República. Nessa Conferência estabeleceu-se que seriam declaradas nulas as cessões territoriais feitas sob a força das armas ou pela ameaça de guerra.

Houve em 1906 a III Conferência Pan-Americana, no Rio de Janeiro. O programa dessa reunião elaborado e conduzido pelo Barão do Rio Branco e Joaquim Nabuco. Essa Conferência criou uma comissão de juristas para elaborar um Código de Direito Internacional Público, entre os países da América.

Em 1907 ocorreu a II Conferência da Paz na cidade de Haia (Holanda), por iniciativa do Presidente dos Estados Unidos Theodore Roosevelt, com objetivo de disciplinar as questões relativas ao desarmamento e a beligerância entre os Estados. O Brasil participou como convidado e seu representante foi Rui Barbosa.

Os interesses políticos da Áustria e da Rússia na península Balcânica e paz tênue na Europa, após a guerra Franco-Prussiana de 1870, agruparam duas grandes vertentes europeias: A Tríplice Aliança (Prússia, Áustria-Hungria e Império Otomano) e a Tríplice Entente (França, Inglaterra e Rússia), a partir de 1904.

O assassinato de Francisco Ferdinando, Arquiduque da Áustria, na cidade de Sarajevo, foi o estopim da Primeira Grande Guerra (1914-1918). O Brasil participou

desse conflito com o emprego de meios navais, a operação de um hospital de campanha francês (missão Aché) e observadores militares.

Muitos dos conflitos envolvendo o Brasil com os demais países da América Latina tiveram suas origens em disputas territoriais e de definição de fronteiras que remontam ao período colonial. Após a Proclamação da República Brasileira (1889), os seus governantes defrontaram-se com a questão dos limites territoriais que, embora definidos pela Constituição Brasileira de 1891, não se encontravam delimitados. Por essa razão, a chamada República Velha viu-se envolvida numa série de questões de limites, tendo o seu máximo expoente na figura de José Maria da Silva Paranhos Júnior, Barão do Rio Branco.

Conforme quadro de litígios fronteiriços no Brasil, em anexo, acompanharemos esses casos.

7. OS ANOS 20 E A CRISE DA PRIMEIRA REPÚBLICA

Na década de 1920 o Brasil passou por transformações, como reflexo de acontecimentos internacionais e de eventos significativos nas áreas política e cultural. O ano de 1922 teve como indicadores importantes dessa época “A Semana de Arte Moderna”, a criação do “Partido Comunista”, a criação do “Centro Dom Vital”, a comemoração do “Centenário da Independência” e o “Movimento Tenentista”. Esses fatos revelaram uma mudança nos padrões culturais e políticos no Brasil.

Também na economia houve altos e baixos. Nos primeiros anos republicanos o declínio internacional no preço do café, principal produto de exportação brasileiro, trouxe reflexos negativos como a alta da inflação e uma crise fiscal. Após os primeiros governos, o país descortinou um expressivo processo de crescimento até a ocorrência da depressão de 1929. A diversificação da agricultura, a melhoria na atividade industrial e o incremento de novas empresas contribuíram para a ampliação dos setores urbanos e o crescimento da classe média, da massa de trabalhadores e da própria elite econômica.

Essas transformações operaram como catalizadoras da alteração do quadro político, no ano de 1930, colocando em evidência os problemas inerentes ao sistema oligárquico da Primeira República. A “Política dos Governadores” instituída na presidência de Campos Salles deveria ter restringido as disputas políticas ao âmbito

dos estados, não permitindo que os conflitos dentro das oligarquias provocassem instabilidade política no plano nacional.

A aliança entre mineiros e paulistas, possuidores das maiores bancadas no Congresso, conhecida como política do “café com leite”, na realidade e na prática não se comportava como uma verdade. O estado do Rio Grande do Sul por vezes se aliou à Minas Gerais para enfrentar as maquinações da oligarquia paulista.

As disputas verificadas por ocasião da sucessão presidencial no ano de 1922, e que permitiram o surgimento da “reação republicana”, podem ser consideradas como indicadores do esgotamento do modelo político existente na Primeira República. Os estados do Rio de Janeiro, Pernambuco, Bahia e Rio Grande do Sul insatisfeitos com a indicação do candidato situacionista formaram a “Reação Republicana”.

A divergência entre Minas e São Paulo permitiu que outras dissidências retornassem ao processo político. Lançada em 1929 a candidatura de Getúlio Vargas foi formada a “Aliança Liberal”. Nas eleições de 1930 a vitória anunciada de Júlio Prestes, candidato de São Paulo, gerou desconfiança sobre a “Comissão de Verificação”. A articulação entre a oposição e o movimento tenentista conduziu à Revolução de 1930, depondo o governo de Washington Luiz e encerrando a fase da chamada “República Velha”.

REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA

FAUSTO, Boris. **História do Brasil**. 11. ed. São Paulo: EDUSP, 2003. 660 p.

FROTA, Guilherme Andrea. **500 anos de história do Brasil**. Rio de Janeiro: BIBLIEx Editora, 2000. 736 p.

FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia de Almeida Neves (Org). **O Brasil Republicano: O Tempo do Liberalismo Excludente** (da proclamação da República à Revolução de 1930). 3. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008. 446 p.